



IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE INCLUSÃO E MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM SEVERO DISTÚRPIO NA COMUNICAÇÃO

Ramos, Ediane Sousa Miranda¹
Kuhlkamp, Moacir Cesar²

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar a relevância da Comunicação Alternativa no contexto educacional na perspectiva inclusiva. Tendo como objetivo principal mostrar a importância e desafios da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) no tocante aos trabalhos sobre a Comunicação Alternativa, no atendimento dos alunos com severo distúrbio de comunicação. O enfoque bibliográfico foi realizado para possibilitar um olhar aprofundado da pesquisa, a luz de estudos de autores como: Aranha 2006, Bersch 2007, Aranha 2009, Deliberato 2013 entre outros. As questões norteadoras consistem nas implicações e limitações que cercam a temática, uma vez que ainda se evidencia a exclusão de indivíduos que não atendem aos padrões homogeneizadores da sociedade em diversos contextos sociais. Torna-se fundamental para a formação do professor perceber a importância do uso da tecnologia na área educacional, para inserção e permanência do aluno com deficiência na escola regular, ampliando a possibilidade de intercomunicação. Contudo, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a demanda do alunado matriculado. O trabalho tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação que lhes permitem atender a diversidade presente nas salas de aula. Sendo assim, este artigo tem como objetivo dissertar num primeiro momento, sobre os desafios da sala de recurso como apoio ao processo de inclusão, bem como os desafios e sua importância, e na sequência traz um aporte sobre a Comunicação Alternativa e os desafios do uso das metodologias e recursos da comunicação alternativa, dentro do contexto da sala de recursos.

Palavras-chave: Comunicação Alternativa, Inclusão Educacional, Distúrbio de Comunicação.

INTRODUÇÃO

A educação tem um papel fundamental na vida do ser humano, pois além de ser a base para a formação de um cidadão, oferece ferramentas que auxiliam na transformação do meio em que vive, possibilitando ao homem mudar a realidade ao seu redor, fato este, devidamente comprovado ao longo dos anos, no desenvolvimento da sociedade e dos meios de comunicação. E essa educação tão necessária deve ser de qualidade buscando priorizar os princípios e valores às pessoas, em especial, as que possuem necessidades especiais. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo tratar sobre a Importância da Comunicação Alternativa como ferramenta no processo de inclusão e mediação da aprendizagem dos alunos

¹ Pós Graduada no Curso de Educação Especial e Inclusiva do Centro Universitário Internacional UNINTER

² Matemático, Neuropsicólogo, Especialista em Educação Especial e Especialista em Relações Étnico-Raciais. Professor Orientador do Centro Universitário Internacional UNINTER.



com severo distúrbio na comunicação. Por se tratar de pessoas com dificuldades em desenvolver suas habilidades e relacionamentos com o próximo, o ensino deve ater-se a uma educação igualitária que ofereça possibilidades de interação social aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

E para isso, foi indispensável a utilização de materiais bibliográficos com o propósito de pesquisar sobre a Comunicação Alternativa, evidenciando seus métodos e procedimentos na perspectiva da sala de recursos multifuncional, como instrumento facilitador da aprendizagem, visando identificar quais metodologias e recursos didático-pedagógico o professor de recursos utiliza em sala como instrumento de mediação para esses alunos.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo dissertar num primeiro momento, sobre os desafios da sala de recurso como apoio ao processo de inclusão, bem como os desafios e sua importância, e na sequência traz um aporte sobre a Comunicação Alternativa e os desafios do uso das metodologias e recursos da comunicação alternativa, dentro do contexto da sala de recursos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL: COMO APOIO A INCLUSÃO

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas regulares são:

Os meios mais capazes para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos: para além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1998)

Nessa perspectiva torna-se fundamental, então, pensar num modelo de escola que se adeque a essas necessidades e encarem como um desafio que trará benefícios para construir uma convivência sem diferenças, onde a classe minoritária atingida pelas necessidades especiais possam encontrar uma resposta/solução, com vistas a trazer benefícios de uma forma geral a todos os alunos, já que essa interação social diversificada, incentiva uma convivência sem preconceitos.

Na verdade, os alunos com necessidades especiais são tidos como um estímulo à uma educação mais rica, pois possibilitam a promoção de estratégias que visam a criação de ambientes mais diversificados e cheios de desafios, pois as dificuldades, “é sempre um estímulo para a melhoria do ensino, na medida em que constituem desafios que obrigam à procura de outras respostas” (SILVA, 2008, p. 54), ou seja, trata-se de um benefício de todos.



Nesse ponto de vista, percebe-se que a diferença é algo de valor, que caracteriza-se com a compreensão e na aceitação dos outros, independentemente, da diferença entre eles, ao reconhecimento das necessidades e capacidades de cada um, e no respeito entre todos, ou seja, a diversidade não significa que há diferenças a serem desprezadas, mas a serem valorizadas, isto é, é por meio da diversidade que são possíveis a identificação das espécies, por exemplo, pois é ela quem define as características de todo ser vivo.

A educação inclusiva diz respeito segundo Mendes, (2002, p. 12) ao “acesso na classe convencional da rede regular de ensino, para todas as pessoas, independente de cor, etnia, idade, sexo e necessidades especiais”.

Sendo assim, ao se fazer escolha pela idealização de um sistema educacional inclusivo, em conformidade com os pressupostos da Declaração de Salamanca (1994), é instituída, no Brasil, distintos ajustes das modalidades de atendimento e serviço aos alunos com deficiência, entre os quais figura criação da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) que de acordo com Bueno (et al. 2005), essas bases legais que direcionam a educação especial foram atribuídas graças à Constituição Federal de 1988 que estabelece o direito às pessoas com deficiência a uma educação que seja dada, preferencialmente, no ensino regular.

De acordo com o que consta no texto das Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) esse atendimento educacional especializado deve ser desenvolvido por professores com diferentes funções, e no próprio texto é possível observar um conceito de apoio a inclusão desses alunos especiais ao ensino regular, vejamos:

Sala de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professores especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns. [...] Esse serviço realiza-se em escolas, dotado de equipamento e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...] (BRASIL, 2001, p. 50).

Ou seja, o texto fala o que já está explícito na Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação para alunos com necessidades educacionais especiais. E não se trata de uma educação à parte, mas em classes comuns, seja por meio de uma educação especializada complementar ou suplementar, que seja executada, de preferência, na própria escola onde estão matriculados.



No III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores (2006), foram discutidos diversos assuntos voltados para uma educação inclusiva e um dos instrumentos que possibilitam essa inclusão, são as salas de recurso multifuncional que devem ser implantadas nas escolas onde os espaços são adaptados no sentido de promover os atendimentos especializados a esses alunos, instituindo novas metodologias e estratégias de aprendizagem, com enfoque num novo fazer pedagógico, estimulando o enriquecimento e a construção de conhecimentos pelos alunos, contribuindo para uma participação escolar eficiente.

De acordo com estudos de MORRETI E CORRÊA (2009, p. 487) que valorizam esse serviço oferecido na sala de recursos multifuncional, afirmam que na perspectiva inclusiva a sala tornou-se um instrumento imprescindível, “pois, visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar”.

Nesse contexto é possível perceber o quanto a legislação brasileira apoia a instituição da educação inclusiva nas escolas e as políticas públicas nelas fundamentadas, possibilitam uma luta por uma educação igualitária, pois é um direito de todos, como explicitado por Aranha (2004, p.13), ao afirmar “[...] O Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais que garantam tais direitos”.

E essa garantia tem facilitado o sucesso escolar com o aumento das ofertas na classe regular, já que as escolas são incentivadas a cumprir as recomendações legislativas de implantação curricular que atendam ao aluno com uma educação especializada, visando complementar seu aprendizado, se assim o for, em período oposto ao que frequenta na classe regular com a ajuda da SRM.

Conforme (DUTRA; SANTOS; GUEDES, 2010) a SRM é um espaço que conta com uma série de recursos pedagógicos e um conjunto de atividades voltadas para complementar o desenvolvimento do aluno com deficiência e para isso, utiliza de equipamentos, mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade, informática e equipamentos específicos selecionados para facilitar esse aprendizado.

Recomendam também, que os recursos técnicos e de serviço sejam organizados, no sentido de mediar a relação entre professores e alunos através de uma comunicação voltada as necessidades educacionais especiais, independentemente do grau de dificuldades, etapas ou modalidades da educação em que se encontram esses alunos, e para que isso ocorra é necessária uma reformulação organizacional que vise a adaptação de estratégias metodológicas que sejam eficientes e que trabalhe em conjunto com a comunidade.



Sobre a função e a importância da SRM, (ARNAL E MORI, 2007, p.3) alertam para o fato de que a sala de recursos só pode ser considerada instrumento de inclusão “[...] desde que consiga atender á diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular”.

De acordo com Alves, dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em salas de recursos se destacam: “o ensino de LIBRAS, o sistema Braille e o Soroban, a Comunicação Alternativa, o enriquecimento curricular, entre outros” (ALVES, 2006, P. 15).

Nessa perspectiva não cabe à escola apenas matricular esse aluno, mas dispor de metodologias, recursos e currículos que atendam as diversidades desses alunos. Vale ressaltar, que é necessária a escola não fazer distinção entre os alunos que precisam de atendimento educacional especial dos que não precisam, mas incluir todos que chegam até a escola de forma igualitária.

Portanto, a educação inclusiva, a partir do seu reconhecimento, destaca a importância da diversidade no processo educacional, e que essa política adotada tem provocado mudanças nas instituições de ensino visando a melhoria nas escolas e na formação docente, abrindo possibilidades para que todos os alunos se beneficiem, já que a organização de uma escola para todos prevê mecanismos de acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacional especial por meio da Comunicação Alternativa.

2. A Comunicação Alternativa

Atualmente a sociedade é caracterizada por uma sociedade abarrotada de artefatos que trazem maior agilidade, produtividade e conforto para qualquer necessidade do ser humano. Com isso, a todo instante por meio dos avanços da tecnologia, novos equipamentos como, celulares, computadores, micro-ondas etc., são inseridos em nosso dia-a-dia. Assim, tal realidade é cada vez mais presente no contexto escolar, pois uma escola inclusiva é aquela onde todos os alunos recebem oportunidades adequadas às suas habilidades e necessidades.

Ao explicar a comunicação, (MANZINI & DELIBERATO, 2006) ressaltam, que no mundo nos comunicamos por meio da fala e que é por meio dela que todos expressam sentimentos como emoções, conhecem pessoas, que ao falar, podem expressar-se através do sorrir, ou demonstrar outros gestos para complementar o que se fala e na comunicação é muito importante já que ela não se faz apenas da fala, mas sim do corpo todo.



Nessa perspectiva, Bersch (2007) classifica a Tecnologia Assistiva (T.A) através de algumas modalidades, que podem variar conforme a instituição e os autores que a trabalham. Através da TA, a metodologia de ensino terá o auxílio das tecnologias que irão possibilitar que as pessoas com deficiência realizem as atividades escolares sem extremas dificuldades, podendo, “oferecer às crianças novas oportunidades, revelar seu potencial e promovê-las a partir de tais ferramentas” (RUI SARTORETTO E MARA SARTORETTO, p.27, 2010).

Dentre essas modalidades Bersch (2007) coloca, algumas categorias em destaque, como: auxílio para a vida diária e vida prática, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para cegos ou para pessoas com visão subnormal, adaptações em veículos e a Comunicação Alternativa, que constitui foco de nossa pesquisa.

A Comunicação Alternativa – é uma das áreas da Tecnologia Assistiva que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar/ou escrever. Busca então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios desta metodologia, construir e ampliar sua via de expressão e compreensão. Recursos como as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (desenhos representativos de ideias), letras ou palavras escritas, são utilizados pelo usuário da Tecnologia Alternativa para expressar suas questões, desejos, sentimentos, entendimentos. A alta tecnologia nos permite também a utilização de vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou do computador, com softwares específicos, garantindo grande eficiência na função comunicativa. Dessa forma, o aluno com deficiência, ao fazer uso da linguagem, passa uma situação de passividade para outra, a de ator ou de sujeito do seu processo de desenvolvimento (BERSCH, 2007, p. 90).

De acordo com (MANZINI & DELIBERATO, 2006, p.4) a Comunicação Alternativa é:

[...] um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência, ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala.

Chun (2002), afirma que a Comunicação Alternativa tem o objetivo de considerar a pessoa como um todo, incluindo todos os contextos, seja ele, histórico ou cultural, e que esse processo não se dá apenas através da fala, mas por meio de outros tipos de linguagem.

Conforme estudos de Deliberato, 2005; Pelosi, 2005 (apud Deliberato e Manzini 2011, p. 2981):

A Comunicação Suplementar e Alternativa é uma área interdisciplinar, na qual profissionais da área da saúde e da educação como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros, pedagogos e outros profissionais utilizam-na com objetivo de ampliar as



trocas comunicativas, melhorar a qualidade de vida e garantir acessibilidade aos diferentes recursos de comunicação.

Dessa forma, o trabalho conjunto destes profissionais é essencial para alcançar metas em comum. “É essencial que profissionais da área da educação e da saúde sejam capacitados para avaliar, escolher, elaborar, programar e confeccionar recursos de comunicação suplementar e/ou alternativa”. (ARAÚJO; DELIBERATO; BRACCIALLI; 2009).

Existem preocupações a respeito do uso da Comunicação Alternativa interferir no desenvolvimento da fala já que trabalham por meio de formas de comunicação alternativas como o próprio nome já diz, porém Romski e Sevcik (2005) afirmam que não interfere, pelo contrário, esse recurso suporta tal desenvolvimento e auxiliam no desenvolvimento comunicativo do aluno. Esses recursos e estratégias de comunicação suplementar e alternativa “são um meio e podem definir o cenário para o desenvolvimento da linguagem e da comunicação durante os anos da Educação Infantil e Ensino Fundamental”, e ainda podem colaborar para a progressão global do indivíduo. “Assim, nunca será cedo demais para incorporar a comunicação suplementar e alternativa na intervenção com crianças com uma deficiência de comunicação significativa”. (ROMSKI; SEVCIK, 2005).

Os recursos da Comunicação Alternativa e Suplementar podem colaborar para o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, para o desenvolvimento de competências comunicativas e também podem inserir o aluno com deficiência e necessidades complexas de comunicação em diferentes atividades pedagógicas, colaborando assim, para o processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, pode-se evidenciar o desafio do professor da Sala de Recursos Multifuncional para trabalhar com a Comunicação com o intuito de desenvolver as competências necessárias, linguística, operacional, social e estratégica, para o uso dessa modalidade de comunicação.

Diante dessas observações a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) pode ser considerada, atualmente, como um dos recursos que auxiliam o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, o processo de inclusão de alunos com ou sem necessidades educacionais especiais (PAURA; DELIBERATO, 2007). Os recursos e estratégias, bem como as técnicas utilizadas no processo de ensino são organizados de forma a facilitar o aprendizado para as pessoas com necessidades educacionais especiais, com o intuito de constituir o sistema multimodal sendo “aquele que utiliza e valoriza todas as formas expressivas do usuário como os gestos, expressão facial, olhar, vocalizar, apontar, entre outras possibilidades” (SCHIRMER et.al. p.60, 2007).



Essas alternativas facilitam muito o processo de aprendizado nas escolas por se tratarem de recursos de baixo custo que auxiliam na comunicação, como por exemplo, “mesa com símbolos; avental de comunicação; pastas de comunicação; álbuns de fotografias; agendas e calendários” (SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2012).

É extremamente importante ligar esses recursos ao ensino regular, por se tratar de recursos necessários à trajetória acadêmica do aluno, possibilitando acessibilidade aos conteúdos ministrados em sala de aula. Por outro lado, os professores precisam ser capacitados para essa nova etapa no ensino, mudando, inclusive, a metodologia empregada atualmente, que se torna ineficaz, para os alunos especiais.

METODOLOGIA

A natureza do trabalho é contitui numa abordagem qualitativa, tecendo em seu espoco teórico uma vasta abordagem no tocante a Comunicação Alternativa, no contexto educacional para a mediação de aprendizagem de alunos com severos distúrbios na comunicação. Assim, faz-se ao longo da trajetória um apanhado bibliográfico relevante, que embasam a pesquisa.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Haydt (2006) “O planejamento é um processo que envolve operações mentais como: analisar, refletir, selecionar, estruturar, distribuir ao longo do tempo, prever forma de agir e organizar”.

Para Moretto (2007), “planejar é organizar ações”, isto é, esse ato facilita a construção de qualquer pesquisa, pois permite a organização das ideias, e permite um desenrolar sistematizado das informações. “(...) a palavra pesquisa designa o conjunto de atividades que têm como finalidade descobrir novos conhecimentos, seja em que área ou em que nível for.” (PRESTES, 2007, p.24).



Logo foi fundamental para a elaboração deste artigo segundo os objetivos, a realização de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e documental, para as quais adotou-se como método de pesquisa, a pesquisa bibliográfica.

Desse modo constituíram as fontes para a pesquisa: obras impressas, eletrônicas e digitais, que relatam sobre o objeto de estudo, utilizando-se de fontes primárias e secundárias de forma que todo o material selecionado para a construção desse artigo, sirva não somente como forma de mostrar o conteúdo, mas que possa ser evidenciada a importância do tema escolhido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foi possível perceber que para ocorrer uma educação inclusiva para alunos que apresentam severos distúrbios na comunicação, é necessário ocorrer um conjunto de situações que irão viabilizar o caminho para que esses alunos possam receber a educação que precisam para o desenvolvimento de suas habilidades, como a participação da família, a estruturação das escolas em se adequarem a essa nova demanda, e a adoção de tecnologias que facilitem o desenvolvimento dessa comunicação.

Infelizmente, a realidade é que a maioria das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado. Contudo, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a demanda do alunado nelas matriculado. O trabalho tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação que lhes permitem atender a diversidade presente nas salas de aula.

Já foi possível observar um grande avanço na educação inclusiva, com a implantação da Sala de Recurso Multifuncional, que por meio da Tecnologia Assistiva (TA) possibilita que esses alunos sejam incluídos na educação de ensino regular sem discriminação ou com baixa qualidade no ensino ofertado. Cabe sugerir, que as escolas capacitem seus educadores, no sentido de criar condições de haver um ambiente onde as diferenças deixem de ser um obstáculo, e passem a ser tidas como um instrumento que valoriza as peculiaridades de cada um. Nesse sentido, é interessante programar paralelo às TAs e as Sala de Recursos Multifuncional, um trabalho de conscientização, tanto para professores quanto para os alunos.



REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. Sala de recursos multifuncionais. Espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARANHA, M.S.F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica/coordenação geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004. v.1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>> Acesso em: 27 Jul 2018.

ARAÚJO, R.C.T.; DELIBERATO, D.; BRACIALLI, L.M.P. A comunicação alternativa como área de conhecimento nos cursos de educação e da saúde. Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 275-284.

ARNAL, L. S. P.; MORI, N. N. R. Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos. 2007. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem09/pdf/sm09ss02_06.pdf> Acesso em: 25 Jul 2018.

BERSCH, Rita de Cássia R. Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas. UFRS: Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18299/000728187.pdf?>> Acesso em: 07 jul. 2018.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/viewFile/1896/pdf_28> Acesso em: 07 Jul. 2018.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 07 Jul. 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira; et al. Políticas de Educação Especial no Brasil: um estudo comparativo das normas das unidades da federação. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 1, 2005. p. 97-117. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21021>> Acesso em: 01 Jul. 2018.

CHUN, R.Y.S. Questões de linguagem na comunicação suplementar e/ou alternativa. IN: LACERDA, C. B.F.; PANHOCA, I. (Org.) Tempo de fonoaudiologia III. Taubaté: Cabral editora Universitária, 2002. p.73-98.

DELIBERATO, D.; MANZINI, E.J. Fundamentos introdutórios em comunicação suplementar e/ou alternativa. O processo de comunicação: contribuição para a formação de professores na inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais. 1ª ed. São José do Campos: Pulso, 2006. v.1, p. 243-254.

DELIBERATO, D.; MANZINI, E.J. Percepção das Famílias a Respeito do Perfil Comunicativo de Crianças e Jovens Usuários de Comunicação Suplementar e Alternativa. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2011. Unesp/Marília, CNPq. ISSN 2175-960X – Pg. 2980-2992. Disponível em:



<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/NOVAS_TECNOLOGIAS/275-2011.pdf> Acesso em: 09 jul. 2018.

DELIBERATO, D. Comunicação alternativa na escola: possibilidades para o ensino do aluno com deficiência. In: ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. Atuação da Fonoaudiologia na escola: reflexões e práticas. 1 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013, p. 71-90.

DUTRA, C.P.; SANTOS, M.C.D.; GUEDES, M.T. Manual de orientação: Programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2010.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 8. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos para a comunicação alternativa. Brasília: Mec/Secretaria de Educação Especial, 2006. Fascículo 2.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In. PALHARES, Marina Silveira. MARINS, Simone Cristina Fanhani (orgs). Escola Inclusiva. São Carlos: Ed. UFSCar, 2002.p.61-85.

MORETTI, I.G.; CORRÊA, N.M. A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a inclusão' de alunos com deficiência mental em classes comuns. In: v Congresso Multidisciplinar de Educação Especial, 5, Londrina, 2009. Anais. p.485-492.

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAURA, A. C.; DELIBERATO, D. Comunicação Alternativa e/ou Suplementar como recurso de apoio no ensino do conteúdo pedagógico de criança deficiente incluída. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, 2, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007. 1 CD – ROM.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2007.

ROMSKI, M. A.; SEVCIK, R. A. Augmentative Communication and Early Intervention: Myths and Realities. *Infants & Young Children*, v. 18, n. 3, p. 174–185, jul./set. 2005.

SARTORETTO, Rui; SARTORETTO, Mara Lucia. Atendimento Educacional Especializado e Laboratórios de Aprendizagem: o que São e a quem se destinam. 2010. Disponível em: <http://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf> Acesso em: 09 jul. 2018.

SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

III SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES, 3. 2006, Brasília. **Ensaio Pedagógico**: Educação Inclusiva: Direitos à Diversidade. 2006:



Ideal Ltda, 2006. 146 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, Marco (2008). Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. In: Congresso Brasileiro da Comunicação, 24. 2008, Campo Grande. Campo Grande: CBC, set. 2008.

SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 3. 2012, Sergipe. Educação Inclusiva: O uso da Tecnologia Assistiva na Educação Regular. [sergipe]: Ufse, 2012. 11 p. ISSN: 2179-4901. Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-345-355.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em 30 jun. 2018.